



48370.004041/2016-00

028387/2016

Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Energia Elétrica
Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 6º andar, sala 609
70065-900 – Brasília - DF
Telefone (61) 2032-5923 / see@mme.gov.br

Ofício nº 292/2016-SEE-MME

Brasília, 28 de novembro de 2016.

Ao Senhor

JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
SEPN, Quadra 505, Lote 02, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar
70730-540 Brasília – DF

Assunto: Prioridade para outorga de uso de recursos hídricos.

Senhor Secretário Executivo,

1. Dentre as competências específicas atribuídas ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, pela Lei n.º 9.433/1997, está o estabelecimento de “diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”, além de “critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança pelo uso”.
2. Para uso das competências do CNRH, a questão que se apresenta é no âmbito do conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos, sejam esses nacional, estaduais ou de bacias hidrográficas, mais especificamente quanto às prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos.
3. Estão sendo definidos, no âmbito de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs, critérios para priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos na forma de deliberações isoladas dos respectivos Planos de Bacia e também desconsiderando a necessidade de otimização dos diversos usos, que é fundamento da Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, voltada para a garantia dos usos múltiplos.
4. A definição e os mecanismos de aplicação da prioridade para outorga de uso de recursos hídricos têm gerado interpretações não uniformes, podendo causar impactos relevantes na implementação de toda a Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos, inclusive com surgimento de restrições a usuários já estabelecidos, inviabilidade econômica de empreendimentos, perda de estabilidade regulatória e da segurança jurídica da infraestrutura hídrica.
5. O entendimento e as deliberações de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos devem ser consoantes com o Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, que é fundamental para a adequada consideração dos usos cujos benefícios se dão preponderantemente em escala nacional, como é o caso dos empreendimentos hidrelétricos. Esta questão é fundamental para garantir a estabilidade regulatória e a segurança jurídica da gestão das águas no Brasil, especialmente para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da infraestrutura hídrica existente, bem como para atração de novos investimentos na área.

6. Além disso, a Resolução ANA nº 131/2003 determina que a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH, que está diretamente relacionada à “viabilidade do empreendimento hidrelétrico”, deve considerar “os usos atual e planejado dos recursos hídricos na bacia hidrográfica”. Portanto, a implementação de instrumentos, emissão de novas outorgas ou a existência de usos não regularizados que promovam consumo total significativamente superior ao previsto na DRDH atuam em sentido contrário à estabilidade regulatória.
7. A hierarquização de usos, um em detrimento do outro, como proposta de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos é incompatível com a necessidade de otimização dos usos múltiplos. A sua adoção pode impactar significativamente as outorgas já estabelecidas, podendo acarretar a inviabilidade de empreendimentos existentes, o que seria uma espécie indireta de suspensão da outorga, que por sua vez, conforme a Resolução CNRH nº 16/2001, “só poderá ser efetivada se devidamente fundamentada em estudos técnicos que comprovem a necessidade do ato”.
8. Desta forma, e diante do exposto, solicitamos ao CNRH avaliar e conceituar, por meio das Câmaras Técnicas, a aplicabilidade das prioridades para outorga de uso de recursos hídricos, como conteúdo mínimo do Plano de Recursos Hídricos, considerando, além dos fundamentos e os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, a necessidade de otimização dos resultados de uma grande variedade de benefícios complexos, incompatíveis com a solução proposta de uma hierarquização de usos.
9. O CNRH, no uso das suas competências, deve salvaguardar a gestão dos recursos hídricos, garantindo a segurança jurídica e a estabilidade regulatória, inclusive na transversalidade com as diversas políticas setoriais e dos investimentos já realizados e previstos.

Atenciosamente,


FÁBIO LOPES ALVES
Secretário de Energia Elétrica

C/c: SE/MME, DMSE/SEE.